



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Bandeira, Lourdes

A contribuição da crítica feminista à ciência

Revista Estudos Feministas, vol. 16, núm. 1, enero-abril, 2008, pp. 207-228

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114359020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Lourdes Bandeira
Universidade de Brasília

A contribuição da crítica feminista à ciência

Resumo: O texto discute a contribuição trazida pela crítica feminista ao conhecimento científico "a ciência", uma vez que se evidencia uma ampliação das formas de pensar. O pensamento parte da formulação de uma crítica em relação a alguns pressupostos, os quais nortearam a produção do conhecimento científico, tais como a condição de neutralidade, universalismo e objetividade da ciência, além de seu caráter masculinista. A crítica feminista evidenciou alguns limites impostos ao maior acesso das mulheres no campo científico. Enfatiza como a noção de gênero se torna significativa na medida em que introduz outros componentes na prática científica.

Palavras-chave: crítica feminista; conhecimento científico; ciência; gênero; desigualdade.

Copyright © 2008 by Revista
Estudos Feministas.

Introdução

São muitas as dificuldades e os obstáculos que se apresentam para as que ousam se enveredar pelos estudos das mulheres em sociedade, pois trata-se de um terreno minado de incertezas, saturado de controvérsias movediças, pontuado de ambigüidades sutis, que é preciso discernir, iluminar, documentar mas que resistem a definições. Pressupõem-se soterradas as balizas epistemológicas tradicionais, como o ser humano universal, a verdade, a ciência que norteavam as ciências humanas no século passado. Trata-se de um domínio inóspito para quem sofre de ansiedade cartesiana, pois mais cabe ao pensamento feminista destruir parâmetros herdados do que construir marcos teóricos muito nítidos.

Maria Odila Leite da Silva Dias

O propósito que norteia este artigo centra-se em torno das contribuições trazidas pela crítica feminista à produção do conhecimento científico – isto é, da ciência. Em outras palavras, se por um lado identificam-se algumas críticas dirigidas ao processo histórico de construção da prática científica pela crítica feminista, por outro se pretende evidenciar as contribuições e mudanças trazidas à ciência

¹ Texto em primeira versão apresentado no Grupo de Trabalho "A contribuição do pensamento feminista às Ciências Sociais", do Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia " SBS, de 31 de maio a 3 de junho de 2005, em Belo Horizonte.

² Sandra HARDING, 1996; Hélène ROUCH, 2003.

com o surgimento da crítica feminista e com o acesso das mulheres à ciência, especialmente no campo da teoria social.¹

A premissa de partida assenta-se no fato de que a produção do conhecimento científico tem sido historicamente considerada como um domínio 'reservado' aos homens.² Tal constatação não significa a exclusão das mulheres. Porém, explicita que as resistências existentes à presença delas no campo científico são ainda inquietantes. Pressupõe-se que a existência de um sujeito universal já não é mais plausível, e isso vale tanto para o eu masculino como para a tardia individualidade feminina.

Os dados relativos ao Diretório dos Grupos de Pesquisa – DGP do CNPq informam, no tocante às bolsas de produtividade em pesquisa,

[...] havia em 2004, 41.168 homens e 36.080 mulheres engajados em pesquisa, o que significa 47% de participação feminina. Entretanto, este percentual se modifica entre líderes e não-líderes: a liderança feminina na pesquisa representa 42% do total de líderes. Entre não-líderes, a participação feminina quase se iguala à masculina, com 49%. Entre pesquisadores doutores, a participação das mulheres também é de 42%.³

³ Isabel TAVARES, 2007, p. 1.

Em relação ao número de bolsas de produtividade em pesquisa, na categoria Pq 1-A (equivalente a pesquisador/a nível 1-A), o total é de 1.081 em 2006, sendo 29,9% (249) de pesquisadoras e 70% (832) de pesquisadores homens nas diversas áreas de conhecimento. Porém, destaca-se que a distribuição das pesquisadoras está na grande área de Ciências Humanas (67), seguida pelas Ciências Biológicas (50) e Linguística, Letras e Artes (40), apenas seis estão nas Engenharias. Ao contrário, em relação à distribuição dos pesquisadores masculinos, a maior concentração está na área das Ciências Exatas e da Terra (192), nas Ciências Biológicas (169) e nas Engenharias (142).⁴ Os dados evidenciam a escassa presença ainda hoje de pesquisadoras sobretudo nas áreas das Ciências Exatas, o que caracteriza como as atividades da pesquisa científica, ainda, estão configuradas primordialmente por relações sociais e por marcas culturais sexistas.

⁴ Estatísticas fornecidas pelo CNPq, Brasília, em setembro de 2007.

Assim, propõe-se a discussão a partir de alguns dos pressupostos fundadores da produção científica na história da ciência moderna, cujas especificidades se agrupam em torno de: a) argumentos naturalistas, condição de neutralidade da ciência, com perspectiva masculinista e com linguagem androcêntrica; e b) dimensão universal atribuída ao conhecimento científico, assim como pela crença no caráter progressista da racionalidade científica.

⁵ HARDING, 1996.

A crítica feminista contrária a esses elementos paradigmáticos evidencia-se nas contribuições relativas às mudanças propostas nos fundamentos da ciência assim como nas culturas que lhe outorgam valor,⁵ explicitadas no decorrer do texto.

Sem dúvida, as feministas não foram as primeiras e nem as únicas a elaborar uma crítica à ciência moderna. Antecedidas por outros atores, grupos e movimentos “anticolonialistas, oriundos da contracultura, ecológicos, antimilitaristas, entre outros”, realizaram agudas críticas ao processo de conhecimento científico, o qual, afora outras questões, excluía as mulheres de seu fazer.

Quais teriam sido então as especificidades ou particularidades da crítica feminista à ciência? Em que peculiaridade centrou-se a crítica feminista? São algumas dessas questões que se explicitam na sequência da análise. A centralidade da crítica está posta na forma de organização do mundo social e natural materializado nas relações sociais, cognitivas, éticas e políticas entre homens e mulheres, assim como nas suas expressões e significados no mundo simbólico.⁶

⁶ HARDING, 1996.

A historiadora francesa Michelle Perrot, respondendo à jornalista Florence Raynal, ao ser perguntada sobre como retirar as mulheres do silêncio e da sombra, onde seu status as confinou durante séculos, para escrever a sua história e qual seria a influência da presença das mulheres como objeto de estudos sobre as Ciências Humanas com relação à indignação de muitos diante da presença das mulheres na cena política, na cultura e constituindo-se como sujeito de pesquisas, de publicações e com visibilidade recente na história [e na ciência], relatou:

Os homens estão aí. A história dos homens está aí, onipresente. Ela ocupa todo o espaço e há muito tempo. As mulheres sempre foram concebidas, representadas, como uma parte do todo, como particulares e negadas, na maior parte do tempo. Podemos falar do silêncio da História sobre as mulheres. Não é de espantar, portanto que uma reflexão histórica participe dessa descoberta das mulheres sobre elas próprias e por elas mesmas, aspecto de sua afirmação no espaço público [...] porque a emancipação das mulheres, que diz respeito às relações entre os sexos, é um dos fatos maiores do século XX. E aqueles que se surpreendem, provavelmente não estão a par do desenvolvimento considerável dessa reflexão no mundo ocidental há um quarto de século.⁷

⁷ Trecho da entrevista realizada por Florence Raynal com a historiadora francesa Michelle Perrot, publicada na revista *Les Femmes dans la France*, Paris: Label France, n. 37, out. 1999. Disponível em: <http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label37/dossier/01perrot.html>. Grifo meu.

Ou seja, a ausência das mulheres e o respectivo silêncio em torno de sua presença na história e, por extensão,

na história das ciências acabam por revelar, eles próprios, a associação hegemônica entre masculinidade e pensamento científico.

Os fundamentos da crítica feminista

Cabe lembrar que não há uma “teoria crítica geral” – única – do pensamento feminista. Existem correntes teóricas diversas, que, apropriadas a partir das teorias gerais, cada uma a seu modo procura compreender por que e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade. Desde que se fala em *crítica feminista*, faz-se, geralmente, apelo a esse bloco de correntes heterogêneas que tentam explicar por que as mulheres continuam, em boa medida, a viver em condições de subordinação, uma vez que na base de qualquer corrente feminista há o reconhecimento de uma causa social e cultural para a condição feminina de subordinação. Portanto, a crítica feminista explicita, incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva, a qual é seguida por uma *revolta* contra o entendimento presente nas relações de sexo/gênero e a posição subordinada que as mulheres ocupam em uma dada sociedade, em um dado momento de sua história assim como na produção do conhecimento. Trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações e essa situação.

O pensamento crítico feminista originou-se como *produto do pensamento*, o qual questionou as formas e as expressões das racionalidades científicas existentes e predominantes, portadoras de marcas cognitivas, éticas e políticas de seus criadores individuais e coletivos – os masculinos. Formulou a crítica ao potencial reflexivo que portava tal racionalidade, uma vez que os/as *cientistas* são demarcados/as também como portadores/as de características de gênero, raça, classe social e cultural.⁸

Assim,

a crítica feminista é de contexto, relacional e relativista o que de início implica numa atitude crítica iconoclasta que consiste em não aceitar totalidades universais ou balizas fixas. Trata-se de historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar, tais como os de reprodução, família, público, particular, cidadania, sociabilidades a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina.⁹

Se por um lado a crítica feminista contrapõe-se a um conhecimento totalizante, masculinista e universalista, por outro, vale lembrar que sua produção traz as marcas de seus criadores.¹⁰ Foi a crítica feminista que partiu da

⁸ HARDING, 1996.

⁹ Maria Odila DIAS, 1990, p. 3.

¹⁰ HARDING, 1996.

¹¹ DIAS, 1990.

condição de consciência histórica reconstruída,¹¹ a qual possibilitou visibilizar um sistema de dominação masculino arraigado relativo às mulheres que se colocavam como substrato à produção do conhecimento científico. Nesse contexto, as mulheres como sujeitos individuais e coletivos e como sujeitos do conhecimento compartilharam das mesmas exclusões e incertezas relativas a outros grupos sociais, nos caminhos da construção científica, tais como certos grupos étnico-raciais.

¹² DIAS, 1990; HARDING, 1996; Evelyn FOX KELLER, 2003; e ROUCH, 2003.

Assim, o desafio da crítica feminista foi, precisamente, o de contrapor-se aos hegemônicos eixos epistemológicos e conceituais – categorias, conceitos e métodos – para não reproduzir como espelho distorcido as próprias categorias do sistema de dominação científica que tomou como objeto da crítica.¹² Para isso foi necessário propor e assumir conceitos provisórios e perseguir abordagens teóricas não definitivas, escapar da ordem simbólica dominante e pensar temporalidades múltiplas, uma vez que o conhecimento científico implica também em um sistema de dominação.

¹³ Maria Margareth LOPES, 2006.

A crítica feminista também é resultado dos processos de interação com os movimentos sociais, além de outros engajamentos, como a da experiência feminina em sua concretude, a qual passa a compor parte dessa crítica que emerge em um contexto movediço, em um mundo instável e em mudança. Portanto, supõe-se que as frentes críticas ao conhecimento científico contemporâneo predominante, embora persistentes, não são e nem serão permanentes, por um lado; por outro, a crítica feminista, ao desafiar o “ethos” masculinista da ciência na busca por “objetividades dinâmicas”, por exemplo, acabou por enredar-se na delimitação do próprio campo.¹³

¹⁴ Ludmilla JORDANOVA, 1989, citada por LOPES, 2006, p. 39.

Com a incorporação do conceito relacional de gênero, a crítica implica “que atributos masculinos e femininos sejam definidos em relação ao outro, pressuporia também que termos como sexual, feminino, masculino não fossem tomados como auto-evidentes, mas sim considerados em sua historicidade”.¹⁴ Nesse sentido, a categoria relacional de gênero, “[...] mais propriamente usada para referir um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos [...]”,¹⁵ representou um aporte decisivo às abordagens menos descritivas, consolidando-se como uma categoria analítica, cuja densidade conceitual tem sido fundamental não apenas para uma nova/outra prática de produzir ciência, mas sobretudo para as transformações das estruturas sociais.

¹⁵ Londa SCHIEBINGER, 2001, p. 45.

Principais elementos presentes na história da formação da ciência moderna

É sabido que entre os grandes filósofos e pensadores, na história da humanidade, as mulheres estiveram ausentes das discursividades filosóficas, históricas, científicas e culturais. Foram poucas as que conseguiram. Nos séculos XVII e XVIII podem ser citadas: Madame d'Epinay; Madame du Châtelet; a veneziana Elena Cornaro Piscopia (1678), primeira mulher a ter uma cadeira na universidade; a física Laura Bassi (1723), segunda mulher na Europa a receber um grau universitário; e Marie Curie, que, em 1903, dividiu o prêmio Nobel com o seu marido. Todas foram parcamente reconhecidas como sendo o outro sujeito produtor do conhecimento. São muitos os relatos históricos a indicar que a ciência moderna foi construída como um empreendimento especificamente masculino.¹⁶ Francis Bacon e os demais fundadores da *Royal Society* impediram a presença das mulheres nas universidades admitindo somente a presença de filósofos, pensadores e cientistas homens, sendo digno de registro ao expressarem-se:

Selon les termes de l'uns des premiers membres de la Royal Society, Joseph Glanvill, 'la vraie philosophie' ne pourrait progresser là où 'les affections portent la culotte et le Féminin gouverne'. Deux siècles plus tard, alors que les femmes forçaient l'entrée de la profession médicale, le Dr Robert Christian, de l'Université d'Edimbourg, émet l'opinion que la pratique de la médecine par des femmes ferait 'injurer à la profession scientifique qu'est la médecine'. Ces convictions étaient fondées sur une vision du monde totalement dichotomique et genrée [...] associant les femmes à la nature, à l'obscurité, au mystère, au corps et aux émotions, les hommes au ciel, à la lumière, à la clarté, à l'esprit et à la rationalité [...] – l'objectivité – rejetant toute émotion éprouvée à l'égard de, ou toute identité avec l'objet de l'étude, à savoir la nature.¹⁷

Como se observa, a exclusão da presença feminina não era apenas explicitada em termos da naturalização, pois era fartamente justificada pela incapacidade e pelo obscurantismo das mulheres, ao contrário dos homens, que se notificavam pelas luzes e pela objetividade.

Assim, da discussão realizada pelas autoras mencionadas, cuja ilustração está em parte na citação, inferem-se algumas consequências: a) a associação das mulheres à natureza/biologia, isto é, a uma naturalização do feminino; b) o predomínio de uma visão do mundo e do conhecimento – partida, dividida entre homens presentes e

¹⁶ Elizabeth KERR e Wendy FAULKNER, 2003.

¹⁷ KERR e FAULKNER, 2003, p. 49.

¹⁸ SCHIEBINGER, 2001.

¹⁹ SCHIEBINGER, 2001, p. 138.

²⁰ ROUCH, 2003.

²¹ As autoras FOX KELLER, 2003, e KERR e FAULKNER, 2003, consideram que a categoria de objetividade é demasiadamente vaga para comportar as múltiplas concepções do fazer científico, assim como a dimensão universal do conhecimento, pois os homens tanto como as mulheres, considerados sujeitos e agentes da história e do conhecimento, não ficam presos/as a categorias fixas e universais.

²² FOX KELLER, 2006.

²³ FOX KELLER, 2003; e KERR e FAULKNER, 2003.

mulheres obscuras e ausentes; e c) a presença da associação histórica entre masculino, ciência e objetividade enraizada nas percepções predominantes. Portanto, identifica-se uma privatização da produção científica pelos homens.¹⁸

A exclusão das mulheres do campo científico foi justificada por argumentos assentados na fisiologia e psicologia femininas: “mesmo a grande feminista inglesa Mary Wollstonecraft, em seus esforços para criar igualdade entre os sexos, encorajava as mulheres a tornarem-se ‘mais masculinas e respeitáveis’”.¹⁹ Ou seja, assemelhar-se ao homem para poder ingressar em certos círculos científicos e ser aceita em determinados cânones do conhecimento constituíram-se no passaporte de algumas cientistas da época. Pois, se o pensamento científico fundador propugnava a idéia de um sujeito “masculino universal”, o que equivalia à exclusão feminina tanto da produção da ciência como de sua história,²⁰ após a Revolução Francesa, o pensamento liberal garantiu a cidadania masculina e suspendeu as conquistas de lideranças femininas na política nas últimas décadas do Antigo Regime.

Identificadas algumas das críticas dirigidas à ciência alicerçada em um ideal de objetividade²¹ estática e atemporal,²² seus fundadores, de Bacon a Descartes, serviram-se da natureza/biologia como uma matéria inerte e opaca; escolheram uma expressão de racionalidade objetiva, a qual rejeitava qualquer relação com o fenômeno estudado. Portanto, o argumento central da exclusão feminina da ciência estaria posto na tríade: a) pela dominação masculina que naturalizava a inferioridade das mulheres; b) pela conseqüente divisão sexual do trabalho; e c) pela condição monolítica, atemporal e excludente da ciência. Por sua vez, a crítica feminista rejeitou tais elementos fundadores que desembocaram em uma ciência alicerçada em referentes e valores masculinos e neutros, extensivos ao campo da teoria social na tradição ocidental. Ao contrário desses referentes, para a crítica visão feminista, a ciência é sempre impregnada de valores materiais e culturais.²³

Para a crítica feminista, qualquer forma de ciência que seja considerada ou proposta como universal deve ser duramente criticada, uma vez que todas as categorias pretensamente universais acabam por fixar parâmetros permanentes, inclusive de poder. Ao contrário, parte-se de que as posturas teóricas se constroem como processo de conhecimento em um dado contexto social transitório. Processos e categorias universais correm riscos de se constituírem em núcleos e/ou redutos de um sistema de dominação, do qual justamente o pensamento feminista faz crítica. Um sujeito universal e único não é encontrado

mesmo em laboratório. Portanto, desconstruir e criticar as totalidades universais que formam, entre outros, o arsenal de concepções teóricas predominantes passa a ser o alvo com o qual, fundamentalmente, lida a crítica feminista.

Portanto, durante séculos, as mulheres foram omitidas das comunidades científicas, isto é, dos espaços acadêmicos e institucionais produtores de ciência e de conhecimento quando de sua fundação, mesmo durante a Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII. Desde aquela época caracterizou-se uma dupla situação de ausência: produtoras de conhecimento engajadas em instituições científicas e, por causa da ausência, impossibilitadas de interferir nos conteúdos e nas noções de cientificidade, o que demarcou²⁴ a não igualdade entre homens e mulheres na estrutura social das Ciências Naturais, da Matemática e da Engenharia. “As instituições científicas – universidades, academias e indústrias – foram estruturadas sobre a suposição de que os cientistas seriam homens com esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias”.²⁵

²⁴ HARDING, 1996.

²⁵ SCHIEBINGER, 2001, p. 69.

O conhecimento científico e o feminismo contemporâneo

Desde o final do século XIX até meados do século XX, o pensamento feminista veio se construindo sob variadas vertentes teóricas e, portanto, constituiu-se como objeto de diversos esquemas classificatórios heterogêneos. Mas foram, sobretudo, os pressupostos do liberalismo – valores individualistas – e do socialismo – valores igualitaristas –²⁶ que serviram de âncora aos pressupostos iniciais do pensamento crítico feminista. E mais recentemente, as teorias feministas têm se inspirado nos pressupostos da chamada pós-modernidade. Essa contextualização pode possibilitar uma ampla discussão, mas não é este o ponto de análise aqui proposto.

Pode-se pensar, em termos de paralelo, no exemplo do reconhecido e respeitado trabalho de Thomas Kuhn, desenvolvido na década de 1960/70, *A estrutura das revoluções científicas*, publicado em 1962. O estudo trouxe à tona o uso do conceito de paradigma aplicado à história do fazer científico. Kuhn considera como paradigma as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. A reflexão sobre a *mudança de paradigma* tão cara à teoria do conhecimento enfatizou que a ciência do mundo acadêmico caracteriza-se principalmente pela transmissão de conhecimento e aplicação de modelos já existentes, uma vez que esses modelos, de alguma maneira,

²⁶ Bila SORJ, 1997.

²⁷ Thomas KUHN, 2003, p. 218.

²⁸ KUHN, 2003.

²⁹ Michel FOUCAULT, 1999.

³⁰ FOX KELLER, 1985.

³¹ Joan SCOTT, 1998.

³² FOX KELLER, 2006, p. 15.

³³ SCOTT, 1997.

já se encontram reconhecidos pela comunidade de cientistas estabelecidos. Em síntese, sua concepção é a de que "um paradigma é o que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste de homens que partilham um mesmo paradigma".²⁷

A tese de Kuhn é de que a rejeição de uma teoria só pode ter lugar com dados conflitantes no interior das comunidades científicas. Apóia essa tese no fato de que a história da ciência reflete conflitos, polêmicas, crises e revoluções, que denunciam existir problemas culturais, sociais e psicológicos que dizem respeito ao desenvolvimento científico no interior das comunidades científicas. Decorrente disso para Kuhn,²⁸ ocorrem momentos de *ruptura* ou de *mudança de paradigmas* que criam a possibilidade de alterar tanto os modos de pensar, as estratégias de racionalidade como também de incorporar outros atores sociais e novas dimensões como as relações de poder/saber,²⁹ a divisão sexual do trabalho,³⁰ as relações de gênero,³¹ entre outras.

A perspectiva Kuhniana tende a ser drástica quanto à forma de ruptura que o novo paradigma provoca na comunidade científica. Para o autor, quando a comunidade científica repudia um antigo paradigma, renuncia simultaneamente ao *corpus epistemológico* assim como à maioria da produção bibliográfica que o corporifica e legitima, e nesse sentido, deixando-o de considerá-lo como referência à prática científica. Isso não quer dizer, certamente, que a ruptura ocorra de imediato e de forma drástica. No entanto, cabe considerar que as *rupturas* de paradigmas, à semelhança do que enfatiza Kuhn, produzem uma ciência mais abrangente e, potencialmente, mais acessível às mulheres.

Fox Keller explicita:

Em particular procurei entender a gênese da divisão sexual e emocional do trabalho, tão conspicuamente dominante em minha própria geração, que rotulava mente, razão e objetividade como 'masculinas', e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como 'femininos' e que, portanto, estão subjacentes à exclusão das mulheres do empreendimento científico.³²

Nesse sentido, o pensamento feminista elaborou sua crítica ao conhecimento científico hegemônico, que sustentou, secularmente, a dominação masculina, a partir das reflexões realizadas nas seguintes questões e enfoques: a questão das diferenças de sexo e de gênero;³³ as teorias de desenvolvimento moral; a visão das mulheres nas descobertas da pesquisa psicológica; a imagem das mulheres nos escritos e nos tratados médico-ginecológicos;

³⁴ PERROT, 1984.

³⁵ Delphine GARDEY e Ilana LOWY, 2002; e Anne-Marie DEVREUX, 2002.

³⁶ Célia AMOROS, 1985.

³⁷ Françoise COLIN, Evelyne PIESIER e Eleni VARIKAS, 2000.

³⁸ Helena HIRATA, 1991.

³⁹ Fanny TABAK, 2002, e Eleni VARIKAS, 2002.

⁴⁰ Maria Luiza HEILBORN, 1999.

⁴¹ Heleleth SAFIOTTI e Suely de ALMEIDA, 1995.

⁴² Jeanne PEIFFER, 1992, e Fanny TABAK, 2002.

⁴³ Parte dessas contribuições está referenciada nos artigos publicados na obra editada por Mary McCarnney Gergen (*O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*) (GERGEN, 1993).

⁴⁴ O documento "Reuni" encontra-se disponível nos sites das universidades <http://www.unb.br>. Acesso em: ago. 2007.

o monopólio masculino da representação histórica e a (in)visibilidade das mulheres na história;³⁴ as visões androcêntricas da sexualidade;³⁵ a imagem do patriarcado sustentada pelos escritos das Ciências Sociais e históricos;³⁶ a invisibilidade das mulheres nas análises sociológicas;³⁷ a baixa representação das mulheres trabalhadoras na pesquisa em Ciências Sociais;³⁸ a exclusão da voz feminista na teoria política;³⁹ as visões androcêntricas da sexualidade;⁴⁰ os conflitos interpessoais, as agressões e as violências;⁴¹ a exclusão das mulheres na ciência,⁴² entre outras.⁴³

O conjunto dessas análises não esgota a ampla produção sobre a diversidade de temas e de abordagens. Porém, essas autoras e trabalhos exemplificam, em boa medida, as principais críticas e análises realizadas pela crítica feminista às expressões do conhecimento contemporâneo predominante, provocando densos deslocamentos e desafios nas formas de se realizar o pensar e de realizar a pesquisa científica.

Considera-se que as mudanças relativas à epistemologia e as teorias científicas efetivam-se dentro do universo científico e não estão descoladas das influências interativas dos processos sociais e culturais existentes, a exemplo da presença do pensamento feminista, ecológico e multiculturalista. Se por um lado, o campo da prática científica além de ser "determinado" no cotidiano pelas dimensões socioculturais mais amplas, por outro, não está imune aos desafios de ultrapassar seus limites, impostos por uma comunidade de origem hegemônica. Ultrapassar limites impostos não é fácil, uma vez que o valor real e simbólico da presença masculina e das Ciências Exatas, as ditas "ciências "duras", fazem-se, sistematicamente, presentes, aqui lembrado acima com os dados do CNPq.

Outro exemplo pode ser mencionado com a proposta de "Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Projeto Reuni",⁴⁴ atualmente em discussão tanto no Ministério da Educação como em diversas universidades federais brasileiras com o objetivo de debater as futuras mudanças estruturais e conjunturais nessas instituições. Esse projeto tem no Grupo Assessor, responsável pela elaboração da proposta que foi encaminhada, a presença de treze homens, notáveis cientistas e pesquisadores, com autoridade cognitiva masculina amplamente reconhecida, sendo a maioria dos integrantes oriunda da área das Ciências Exatas, com destaque para a Física. Embora já exista um número expressivo de professoras mulheres tituladas em disciplinas científicas, também com reconhecimento acadêmico, nenhuma fez parte do grupo. Já a assessoria técnica, de segunda ordem de importância, é composta de cinco membros, sendo três mulheres.

É certo que as mulheres acederam mais lentamente às ciências. Mas os elementos e as estratégias paradigmáticas que fornecem as orientações básicas sobre as definições dos problemas científicos, objeto da ciência (no caso, as mudanças propostas nas universidades que não envolvem apenas questões institucionais, mas fundamentalmente os processos de formação acadêmico-profissional das futuras gerações), estão imbricados, por um lado, em processos sociais e históricos complexos e, por outro, na manutenção de certas hegemonias relativas aos campos disciplinares do conhecimento científico, nos quais interesses políticos e fatores culturais vinculados a grupos hegemônicos e associados aos espaços institucionais e acadêmicos acabam por legitimar um cânone (mais) legítimo de produção de conhecimento, cujas teorias e métodos nem sempre contemplam – equitativamente – a presença das mulheres na ciência, assim como em outras dimensões da vida.

Enfatiza Tavares, assessora técnica do CNPq, em trabalho recente,

As áreas do conhecimento também se caracterizam por um domínio maior de um ou de outro sexo. Nas tecnológicas e nas chamadas *hard sciences* – Engenharias, Exatas e da Terra – e Agrárias predominam os homens. As mulheres são numericamente pouco representadas, principalmente na Física e na Matemática. Do total de pesquisadores das Engenharias, no DGP, as mulheres são aproximadamente ¼ do total de pesquisadores, e 1/3 nas áreas de Exatas e Agrárias.

Entre as bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ, concedidas pelo CNPq, o perfil masculino é mais acentuado: o percentual de participação das mulheres é ainda menor nas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, representando aproximadamente 1/5 do total de pesquisadores. E o predomínio nas Ciências Biológicas e na Saúde, que é feminino, no DGP, passa a masculino entre as bolsas de Produtividade em Pesquisa.⁴⁵

⁴⁵ TAVARES, 2007, p. 1-2.

Esses dados reafirmam a ausência de dimensões equitativas entre homens e mulheres cientistas/pesquisadores/as na estrutura social das Ciências Naturais.⁴⁶ O efetivo maior acesso das mulheres ao mundo científico não elimina o fato de que quanto mais alto o escalão, menos as pesquisadoras mulheres estão presentes. “Seja no Norte ou Sul poucas mulheres dirigem os mais prestigiados laboratórios, são chefes de departamentos de ciências naturais, matemática, engenharia ou ocupam posições do topo das agências ou organizações políticas

⁴⁶ HARDING, 2007.

⁴⁷ HARDING, 2007, p. 164.

da C&T internacionais.⁴⁷ Portanto, há uma dada coincidência entre aqueles que detêm o poder social, econômico e político e que determinam as “verdades” e as mudanças possíveis no campo científico.

Embora a década de 1960 tenha representado o marco para os estudos feministas, o engajamento das mulheres nas atividades relativas ao fazer ciência e ao produzir conhecimento enfrentou o problema ainda persistente de romper com hierarquias rígidas, muitas vezes, impeditivas de acesso às mulheres em certos campos disciplinares. Tal rigidez se deveu à manutenção de alguns pressupostos e representações, tais como a ruptura com a idéia de que a mulher é vista como objeto “natural” e como tal lhe é negada a condição de reciprocidade e, portanto, de reconhecimento igual. Há dificuldade em subverter as relações de dominação masculinas relativas a certos campos disciplinares, produtores de ciência, uma vez que a integração invisível de pressupostos sexuais na linguagem científica pode reforçar certas imagens e estereótipos na sociedade.

Deve-se incorporar a necessidade de repensar a história e a teoria social a partir da presença das mulheres, com isso demarcando a necessidade de uso de um vocabulário *generizado*. Portanto, o pensamento crítico feminista surgiu como novidade no campo acadêmico e impõe-se como uma tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político, o qual, a partir da década de 1970, evidencia um debate sobre a questão da ciência, cujas especialistas passaram a se perguntar: em que medida a ciência discrimina a presença das mulheres? O que ainda impede as mulheres de participarem equitativamente nos escalões científicos? Schiebinger se pergunta: “A exclusão das mulheres, das ciências, teve consequência para o conteúdo da ciência?”⁴⁸

⁴⁸ SCHIEBINGER, 2001, p. 205.

Se na tradição histórica observa-se que o sujeito “social” apareceu como sendo um ser genérico, concretamente, esse sujeito refletia um tipo social específico: o cabeça de família, o masculino ocidental, o homem de classe abastada, heterossexual e sempre branco. As motivações e o estilo de racionalidade característica desse tipo social e moral passaram a ser atribuídos a todos os demais sujeitos sociais, apesar da *abusiva* evidência empírica de que os indivíduos têm motivações distintas e utilizam estilos próprios de racionalidades.⁴⁹

⁴⁹ Allison JAGGAR, 2001.

Já no plano acadêmico, são inúmeras as pesquisadoras, pensadoras, filósofas e cientistas que intensificaram a crítica às práticas científicas que desqualificavam a pertinência das mulheres ao acesso à

prática da ciência e às carreiras científicas. Tal ausência se constata, por exemplo, quando

especialistas indicaram como as chamadas práticas de desenvolvimento acrescentaram noções sexistas, do Norte, de culturas européias e norte-americanas, agências internacionais e corporações transnacionais às sociedades do Sul para reduzir a probabilidade de mulheres do Sul receberem benefícios de pesquisa da C&T concebidas no Norte ou no Sul. Exemplos deploráveis dessa discriminação foram documentados no trabalho sobre saúde, agricultura, água, recursos naturais e pesquisa sobre meio ambiente.⁵⁰

⁵⁰ HARDING, 2007, citada por Rosi BRAIDOTTI et al., 1994.

⁵¹ Michelle Perrot, em 1973, ofereceu o primeiro curso "As mulheres possuem uma história?", cujo título interrogativo traduz as nossas perplexidades.

O surgimento da história das mulheres⁵¹ e suas conseqüentes relações com a vida cotidiana, com a vida pública institucional, com as subjetividades na vida social, constituem-se exemplos que implicaram não apenas na elaboração de novas categorias de análise como também de outros métodos de investigação. Tais elementos contribuíram para expandir campos da discussão, embora esses investimentos da crítica feminista em relação à construção de novas perspectivas analíticas tenham enfrentado resistências ao contrapor-se à persistência do conhecimento científico predominante.

Ainda a crítica feminista buscou apoio conceitual nos filósofos pós-estruturalistas – Michel Foucault, Gilles Deleuze, Roland Barthes, Derrida e Julia Kristeva –, que intensificaram a discussão sobre a crise e o descentramento da noção de sujeito, introduzindo, como temas centrais do debate acadêmico, as idéias de marginalidade, alteridade e diferença. Conjugados com a crítica feminista, esses temas serviram como um suporte teórico à mudança social que a crítica feminista produziu e que forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver as coisas comuns e abrir novos espaços cognitivos.⁵² Portanto, o pensamento feminista introduziu novos sujeitos, como atores e novos sujeitos como objetos de pesquisa na teoria social, assim como as contribuições trazidas ao campo disciplinar da biologia, as quais afetaram as agendas de pesquisa.⁵³

⁵² FOX KELLER, 2006.

⁵³ FOX KELLER, 2006.

Contribuições à ciência evidenciadas pela crítica feminista

Para compreender as críticas a uma ciência masculinista atualmente há que se perguntar: em que consistiria a masculinidade da ciência? Se o acesso às mulheres já não se constituiria mais o problema, quais seriam então os estereótipos e as discriminações ainda persistentes em relação às mulheres cientistas? Uma das hipóteses que

⁵⁴ KERR e FAULKNER, 2003.

pode explicar, em parte, tal situação evoca os processos de socialização diferenciados, não menos precoce para meninas e meninos, em relação aos processos de aprendizagem e aos comportamentos próprios, tolerados e interditos que podem orientar, na sequência, a vida profissional.⁵⁴ Em outras palavras, inicia-se na socialização o processo de distanciamento das mulheres para com a ciência, na medida em que essas são direcionadas às atividades ditas “femininas”, prorrogadas na sequência da vida pelas dificuldades e pelos constrangimentos que se colocam nas escolhas entre família, maternidade e carreira profissional.

Outro argumento é o de que a crítica feminista evidenciou a necessidade premente de integrar as mulheres como categoria sociológica e filosófica em qualquer análise, com isso colocando um final às análises truncadas sobre a sociedade e as relações sociais. Nesse sentido, supera os determinismos biológicos, geográficos e sociais; rompe com o pensamento centrado nas díades: sujeito/objeto, razão/emoção ou imaginação, natureza/cultura. Essas díades se evidenciaram incompatíveis com a dimensão ontológica da condição do humano, pois negam todas as possibilidades de interdependências e de historicidade. Ao contrário, reconhecer a existência de sujeitos sexuais – homem/homens e mulher/mulheres, e ademais, etnizados, racializados e situados – configurou-se como outra construção ontológica, a do proceder da pesquisa nas Ciências Sociais.⁵⁵

⁵⁵ JAGGAR, 2001.

Muitas das mudanças foram introduzidas pelas próprias cientistas mulheres. Referindo-se ao campo disciplinar da Biologia, Fox Keller afirma: “[...] a entrada de mulheres na ciência em grande número tornou possível que uma percepção ‘feminina’ do mundo encontrasse lugar na ciência”.⁵⁶

⁵⁶ FOX KELLER, 2006, p. 28.

Outra contribuição refere-se à maneira de ler os autores clássicos nos diversos campos disciplinares, possibilitando compreender melhor as estratégias de exclusão das experiências femininas. Se por um lado o pensamento feminista contemporâneo formulou suas primeiras críticas reagindo à permanência da ordem patriarcal, no qual as mulheres foram reduzidas à invisibilidade e ao silêncio, por outro, dispôs-se a enfrentar abertamente o conflito com o sistema de pensamento predominante, questionando se a ciência e a teoria têm um sexo.

A crítica feminista denunciou o cânone predominante na produção do conhecimento considerado legítimo contrapondo-se aos argumentos naturalistas e às estratégias essencialistas, impostas pelos argumentos masculinistas. Provocou vários deslocamentos nas formas do pensar científico, da linguagem, do léxico, da concepção de humanida-

⁵⁷ A propósito consultar: Francine DESCARRIES, 1994.

⁵⁸ Alison WYLIE, 2001.

⁵⁹ WYLIE, 2001; Kenneth GERGEN, 1993; e DESCARRIES, 1994.

⁶⁰ GERGEN, 1993, p. 50. Na perspectiva de privilegiar um modo de investigação pelas mulheres, a exemplo do que Hilary ROSE, 1983, denominou como sendo "um trabalho artesanal", contrastando com a forma masculina de "trabalho industrializado". Essa autora sugere como parte constitutiva do trabalho artesanal as atividades manuais, mentais, emocionais da pessoa, pois todas estão unificadas, em vez de fragmentadas, abandonando os enganosos dualismos cartesianos do tipo mente *versus* corpo, razão *versus* emoção etc. e, como tal, dispensando a preocupação masculina com o reducionismo e a linearidade por visões que ressaltam o holismo e as interdependências complexas.

de e da ética do sujeito e do coletivo nas relações sociais, assim como das relações entre indivíduo e sociedade.⁵⁷

A crítica censura o fato de que a ciência é um *locus* significativo para a compreensão das condições que afetam a vida das mulheres e dos homens,⁵⁸ ainda que nela muitas desigualdades e estereótipos de gênero sejam legitimados, como práticas androcêntricas dissimuladas no interior de modelos e estratégias de conteúdos da ciência, das instituições sociais, das práticas metodológicas e pedagógicas.⁵⁹

A crítica se estendeu à incorporação das dimensões emocionais e subjetivas da vida como meio de existir e forma de conhecer que a ordem da razão e da objetividade não se constitui em recursos exclusivos da ciência; o que pressupõe que o conhecimento pode ser produzido pelas mulheres, na extensão de suas heterogeneidades. Assim, a pesquisa social passa a ser orquestrada por hipóteses e categorias empíricas que moldam a forma e os resultados subsequentes, acabando por corroborar a postura adotada *a priori*, ou seja, "[...] uma vez que um investigador adotou uma dada ontologia, esse sistema de orientação determina o que é relevante. Os dados não podem corrigir ou falsificar a ontologia porque todos aqueles que foram coletados nessa perspectiva só podem ser compreendidos em seus termos".⁶⁰

A introdução de novas perspectivas analíticas como de outros modos de pensar rompe com as categorias dominantes na teoria social e exprime novos paradigmas à produção do conhecimento, além da construção de novos campos de saber/poder. Em outras palavras, sua contribuição diz respeito à abertura para as alteridades, ou seja, enfatiza-se a negação de qualquer perspectiva essencialista e binária, contemplando o espaço das experiências femininas plurais constitutivas da experiência social da modernidade e o surgimento de novas temáticas e categorias derivadas de tais experiências. Vale destacar que a teoria feminista, ao incorporar as alteridades, não se restringiu com exclusividade às mulheres, mas também absorveu outros sujeitos omitidos pelas grandes discursividades iluministas.

Crítica feminista, sistema de gênero e ciência

Talvez menos ambicioso do que tentar mudar o mundo,
tentava só mudar a ciência

Fox Keller

As mudanças trazidas pela crítica feminista podem ser sistematizadas, primeiramente, porque a condição de

gênero faz diferença para as mulheres na ciência

não por causa do que trazem com seus corpos e às vezes nem mesmo pelo que podem trazer com sua socialização, mas pelas percepções que as culturas da ciência trazem à comunidade tanto das mulheres quanto do gênero – e, por sua vez, por causa de que tais percepções trazem para os valores comuns de disciplinas científicas particulares.⁶¹

⁶¹ FOX KELLER, 2006, p. 29-30.

A ciência não tem um gênero em seu *ethos* e substância,⁶² embora se saiba que a condição de gênero está presente nas culturas e subculturas científicas.

⁶² SCHIEBINGER, 2001.

As mudanças provocadas pela crítica feminista, a partir da noção de gênero, produziram novos ângulos e modos cognitivos de ver o mundo. Sabe-se que a história social e natural foi organizada em termos dos significados de gênero, em cujo contexto foram edificadas instituições que incorporaram os sentidos de gênero.⁶³ Em outras palavras, a crítica feminista evidenciou uma nova dialética ao desconstruir a suposta base biológica dos comportamentos masculinos e femininos afirmando que o gênero resulta das construções sociais e culturais. Ao possibilitar essa nova dialética dos costumes sociais, novos comportamentos, linguagens e olhares, traz como consequência mudanças relativas à condição da existência de homens e de mulheres e entre eles, reciprocamente. Em outras palavras, a condição de gênero se efetiva pelos tipos das relações que se produzem (ou que podem se produzir) entre homens e mulheres, que, em boa medida, resultam dos processos sociais e culturais. A partir disso é que varia o tipo de relação que ambos estabelecem com a racionalidade científica, assim como os seus engajamentos institucionais e profissionais.

⁶³ HARDING, 1996.

Há que se registrar que as mudanças culturais introduzidas pela categoria de gênero com incidência não especificamente na teoria social, mas deslocadas ao domínio das Ciências Biológicas,⁶⁴ por exemplo, não supunham que o conceito de gênero seria um fator primordial de desenvolvimento social e científico, negligenciado pela história das ciências, cuja importância se revela também a partir da crítica feminista.

⁶⁴ FOX KELLEY, 2006.

A categoria de gênero centra-se nas identidades de sujeitos que se encontram, constituídos por seu pertencimento a coletividades socioculturais distintas – ainda que sobrepostas –, as quais se definem não apenas pela Biologia, História ou geografia, mas, sobretudo, por categorias da cultura, como as de raça/etnia, classe social, religiosidade, geração, entre outras.⁶⁵ A crítica feminista, ao disseminar o conceito de gênero como um *conhecimento situado*, constituído nas relações históricas e sociais, nas relações desiguais de poder em que estiveram implicados mulheres e homens, oferece um novo olhar sobre a realidade,

⁶⁵ Marilyn FRIEDMAN, 2001.

possibilitando localizar as distinções entre características consideradas masculinas e femininas presentes no cerne das hierarquias do mundo social e do conhecimento, cujas marcas de gênero têm-se deslocado para a teoria social.

O conceito de gênero como um desdobramento do pensamento crítico feminista trilhou caminhos próprios no campo científico, da pesquisa acadêmica, assim como no da ação político-institucional. O que o torna tão atrativo e potencialmente frutífero é a natureza da percepção que oferece à leitura e à compreensão dos sistemas sociais e culturais que aporta. No campo científico o peso relativo da condição de cada gênero poderá variar em relação a séries de valores presentes em cada campo científico e/ou disciplinar, nas diversas instituições e grupos.

A categoria analítica de gênero vem sendo, por um lado, um instrumento de análise crítica aos pressupostos que informam os principais paradigmas da teoria social no sentido não somente de entender a relevância das relações de gênero na organização da vida social, mas de como afeta também a extensão do conhecimento produzido pelas ciências, e, por outro, a categoria é reconhecida como um componente “transversal”, cuja presença se faz importante em qualquer projeto de desenvolvimento científico, institucional e sociopolítico, que tem posto em interação as instituições acadêmicas com os movimentos sociais, as instituições públicas e os fóruns internacionais, em uma filiação interativa e comum, criando um novo universo vocabular e novos espaços de interação entre os atores do campo científico e político-institucional, assim como possibilita a emergência de novas questões de reflexão e de estudo.

Concluindo

As “inovações” e as “contribuições” indicadas pela crítica feminista à ciência não consistiram, certamente, apenas em introduzir teorias e conceitos, mas, sobretudo, em alguns temas à reflexão; enfatizaram dimensões que haviam sido deixadas ao esquecimento, tais como a questão do aborto, de interesse para as mulheres, o qual chamou atenção de cientistas, pesquisadores, filósofos e religiosos. Tornou-se, a partir dos anos setenta, uma questão de interesse filosófico e religioso voltado à preocupação com a discriminação nos países ocidentais, atingindo diretamente uma das âncoras da estrutura patriarcal: a família.⁶⁶

A crítica feminista buscou eliminar a condição de subordinação das mulheres no tocante ao seu pertencimento ao campo das práticas científicas no que diz respeito às diversas formas de opressão, nem sempre explícitas, sobre a capacidade feminina, suas reflexões e pontos de vistas.

⁶⁶ Outra contribuição refere-se à presença do *elemento conflitual* presente nas relações sociais de sexo, explodindo o quadro das análises binárias, extensivo ao domínio da produção do conhecimento, que se manifesta nas articulações e inter-relações presentes no conjunto das sociabilidades. A reflexão feminista na tentativa de compreender a violência sofrida pelas mulheres defrontou-se com a produção de muitas explicações.

Assim, a crítica feminista alertou que o conhecimento científico não é uma entidade objetiva, afinal é parte da condição cultural dos atores sociais. Sua produção não pode ser realizada como uma atividade abstrata, distanciada e isolada, sobretudo porque “como podem ser adequados os padrões convencionais de objetividade, se inúmeras vezes eles permitem descrições de inferioridade biológica e social das mulheres?”, pergunta-se Sandra Harding.⁶⁷ Ao contrário, devem constituir-se em um cenário provido dessa multiplicidade e diversidade de atores, ações, atividades, redes de sociabilidades, interações, (des)encontros. Enfatiza-se que não é propriamente a ausência de atores sociais o que chama a atenção, mas a ausência de certo tipo de ator social – as mulheres – e o papel determinante que os outros atores também passam a desempenhar em função da ausência dessas mulheres e desses atores no campo de pesquisa. Eis aí um obstáculo a não ser menosprezado, como bem salientou Descarries.⁶⁸

⁶⁷ HARDING, 2007, p. 165.

⁶⁸ DESCARRIES, 1994.

A crítica feminista provocou uma ruptura epistemológica significativa ao postular que o domínio do privado, na existência pessoal, é também político, que não há problema político que de alguma maneira não recaia sobre a dimensão do pessoal/privado e que tais relações interferem nas práticas de conhecimento científico. O corolário da visibilidade do privado ganha destaque para a prática científica, centrada na crítica ao patriarcado: a divisão sexual do trabalho, as relações entre os sexos/gênero, as relações de classes, as categorias associadas à apropriação individual e coletiva das mulheres e em particular as manifestações de controle social (violência conjugal, incesto, estupro, mutilações sexuais, prostituição, pornografia) constituem-se prioritários como temáticas e propostas de pesquisa.

Nas atividades de pesquisa a crítica contribuiu com a censura às formulações teórico-empíricas existentes, questionando o androcentrismo, o qual demarca os modelos e os conceitos das Ciências Sociais. Possibilitou também uma censura epistemológica às noções de neutralidade e de objetividade como ilusões metodológicas, no dizer de Descarries,⁶⁹ reconhecendo a importância da subjetividade do/a pesquisador/a em relação ao conjunto de etapas do processo de produção de conhecimento.

A crítica feminista redefiniu os conceitos de reprodução social, de socialização, dos papéis sexuais, de discriminação/desigualdade, entre outros, em função dos diversos conceitos, categorizações, linguagens culturais e simbólicas, como também dos diversos grupos e instituições, objetos do conhecimento. Alguns pressupostos orientaram essa nova discussão inclusiva das questões que dizem respeito não apenas às mulheres, mas aos homens também.

⁶⁹ DESCARRIES, 1994.

Tais críticas e pressuposições conduzem as pesquisadoras feministas a defender uma adesão mais rigorosa em relação às regras (teórico-empíricas) de um método de pesquisa que também é científico. Ao optar por procedimentos metodológicos “alternativos” postuladores da crítica e da dúvida, a crítica feminista serviu (in-diretamente) para questionar a maneira tradicional de fazer pesquisa, a cegueira em relação às mulheres, assim como duvidar das premissas conceituais e das hipóteses usuais que estruturam a lógica da investigação positivista.

Do ponto de vista metodológico, a ruptura desencadeada pela crítica feminista deu-se não apenas pela crítica de modelos científicos hierarquizados em seu funcionamento, mas também pela presença de certos pressupostos hegemônicos na pesquisa científica. Essa ruptura propõe explorar outras trilhas conceituais e metodológicas, cujas reflexões sistematizadas possam contribuir para evidenciar o interesse e a eficácia de aportes pluridisciplinares que favoreçam novas condições equitativas de gênero à produção do conhecimento científico. Concomitantemente, procura integrar-se com as diversas reflexões e experiências femininas com vistas a produzir um conhecimento mais compartilhado em relação às alteridades e à realidade social.

Para concluir, vale citar um trecho da entrevista realizada com a feminista Lise Disch⁷⁰ sobre a contribuição da filósofa Hannah Arendt, a propósito da crítica feminista:

IHU On-Line – Qual é a atualidade do pensamento de Arendt para a construção de uma ética-política feminista?

Lisa Disch – As idéias de pluralidade de Arendt – a igualdade de todos em suas diferenças –, e natalidade – a capacidade de começar algo novo –, inspiraram várias feministas, inclusive a mim. Além disso, como Nancy Hartsock argumentou alguns anos atrás, Arendt tem uma noção cooperativa e inter-subjetiva de poder como ação conjunta que é frutífero para o pensamento feminista. Embora o que Arendt tenha dito sobre política seja muito inspirador para as feministas, nós só podemos ir tão longe com uma pensadora que torne isso tão difícil quanto Arendt para analisar relações de poder pelas lentes do gênero.

IHU On-Line – E quanto à participação política das mulheres, a filosofia arendtiana serve de parâmetro e inspiração?

Lisa Disch – Sim, mas nem mais nem menos que para a participação de qualquer um.⁷¹

⁷⁰ Lise Disch é filósofa, leciona no Departamento de Ciência Política da Universidade de Minnesota, Estados Unidos. Suas especialidades são: teoria política, história do pensamento político, teoria feminista, processos eleitorais e teoria democrática, entre outras. É Ph.D. pela Rutgers University, EUA; é autora de inúmeras obras, dentre as quais citamos: *Hannah Arendt and the Limits of Philosophy* (DISCH, 1994). Recebeu vários reconhecimentos acadêmicos por suas pesquisas. O mais recente deles foi o prêmio Arthur “Red” and Helene B. Motley Exemplary Teaching Award, em 2001–2002.

⁷¹ Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu>. Acesso em: ago. 2007.

Referências bibliográficas

- AMOROS, Celia. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. Barcelona: Editorial Anthropos, 1985.
- BRAIDOTTI, Rosi et al. *Women, the Environment, and Sustainable Development Atlantic Highlands*. London: Zed Books, 1994.
- COLIN, Collin; PIESIER, Evelyne; VARIKAS, Eleni. *Les femmes de Platon à Derrida, anthologie critique*. Paris: Plon, 2000.
- DESCARRIES, Francine. "Les études féministes... nouveaux savoirs, nouveaux pouvoirs". *Revue de Groupe Interdisciplinaire d'Étude sur les Femmes*, Bruxelles, Université Libre de Bruxelles, v. 2 Été, p. 19-32, 1994.
- DEVREUX, Anne-Marie. "Sociologie contemporaine et re-naturalisation de féminin". In: GARDEY, Delphine; LOWY, Ilana. (Dir.). *L'invention du naturel. Les sciences et la fabrication du masculin et du féminin*. Paris: Editions des Archives, 2002. p. 125-135.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Teorias e método dos estudos feministas (perspectiva histórica e hermenêutica do quotidiano)*. São Paulo, 1990. Mimeo.
- DISCH, Lise. *Hannah Arendt and the Limits of Philosophy*. New York: Cornell University Press, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOX KELLER, Evelyn. "Le/la scientifique: sexe et genre dans la pratique scientifique". In: FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique; ROUCH, Hélène; ZAIDMAN, Claude (Coords.). *Sciences et Genre. L'activité scientifique des femmes État-Unis, Grande Bretagne, France*. Paris: Université Paris VII " Denis Diderot, 2003. p. 83-97. (Collection des Cahiers du CEDREF).
- _____. "Qual foi o impacto do feminismo na ciência?". In: LOPES, Maria Margareth (Org.). *Cadernos Pagu: Ciência, Substantivo Feminino Plural*, Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006.
- _____. *Reflections on Gender and Science*. New Heaven: Yale University Press, 1985.
- FRIEDMAN, Marilyn. "El feminismo en la ética. Las concepciones de la autonomía". In: FRICKER, Miranda; HORNSBY, Jennifer (Dir.). *Feminismo y filosofía. Un compendio*. Barcelona: Idea Books S.A., 2001. p. 223-242.
- GARDEY, Delphine; LOWY, Ilana. "Introduction". In: _____. (Dir.). *L'invention du naturel. Les sciences et la fabrication du masculin et du féminin*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2002. p. 9-28.
- GERGEN, Kenneth J. "A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social". In: GERGEN, Mary McCarnney

- (Ed.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos; Brasília/EdunB, 1993. p. 48-69.
- GERGEN, Mary McCarnney. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília/EdunB, 1993a.
- HARDING, Sandra. *Ciência y feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, 1996.
- _____. "Gênero, democracia e filosofia da Ciência". *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 163-168, jan./jul. 2007.
- HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade. O olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- HIRATA, Helena. "Organização do trabalho e qualidade industrial: notas a partir do caso japonês". *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Avançados, p. 34-78, 1991.
- JAGGAR, Alison. "El feminismo en la ética: la justificación moral". In: FRICKER, Miranda; HORNSBY, Jennifer (Dir.). *Feminismo y filosofía. Un compendio*. Barcelona: Idea Books S.A., 2001. p. 243-262.
- KERR, Elizabeth; FAULKNER, Wendy. "De la visión de Brockenspectres. Sexe et genre dans la science de XX siècle". In: FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique; ROUCH, Hélène; ZAIDMAN, Claude. *Sciences et genere. L'activité scientifique des femmes État-Unis. Grande Bretagne, France*. Paris: Université Paris VII – Denis Diderot, 2003. p. 45-76. (Collection des Cahiers du CEDREF).
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LOPES, Maria Margareth. "Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade". In: LOPES, Maria Margareth (Org.). *Cadernos Pagu: Ciência, Substantivo Feminino Plural*, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, n. 27, p. 35-61, jul./dez. 2006.
- PEIFFER, Jeanne. "Femmes savantes, femmes de sciences". In: *Le sexe des sciences. Les femmes en plus. Autrement*, Paris, n. 6, Oct. 1992.
- PERROT, Michelle. (Dir.). *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris: Rivages, 1984.
- RAYNAL, Florence. "Les femmes dans la France". *Label France*, Paris, n. 37, out. 1999. Disponível em: <http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label37/dossier/01perrot.html>. Acesso em: fev. 2008.
- ROSE, Hilary. "Hand, Brain and Heart: A Feminist Epistemology for the Natural Sciences". *Signs*, New York, n. 1, p. 73-90, 1983.
- ROUCH, Hélène. "Présentation". In: FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique; ROUCH, Hélène; ZAIDMAN, Claude. *Sciences*

- et genere. L'activité scientifique des femmes État-Unis, Grande Bretagne, France...* Paris: Université Paris VII – Denis Diderot, 2003. p. 11-21. (Collection des Cahiers du CEDREF).
- SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.
- SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Baurul SP: EDUSC, 2001.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para los estudios históricos?". In: LAMAS, M. (Org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. Cidade do México: PUEG, 1997. p. 265-302.
- _____. "Las querelles des femmes in the late Twentieth Century". *Differences: a Journal of Feminist Cultural Studies*, Duke University Press, v. 9, n.2, p. 70-92, 1998.
- SORJ, Bila. "Novo paradigma feminista ou sociologia das teorias feministas?". In: XXI ENCONTRO DA ANPOCS, out. 1997, Caxambu. Mimeo. Apresentado na mesa-redonda "As análises de gênero constituiram paradigmas metodológicos?".
- _____. *O laboratório de Pandora. Estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- TAVARES, Isabel. *Mulheres na Ciência*. Brasília, CNPq, 2007. Mimeo.
- VARIKAS, Eleni. "Naturalisation de la domination et pouvoir légitime dans la théorie politique classique". In: GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana. (Dir.). *L'invention du naturel. Les sciences et la fabrication du masculin et du féminin*. Paris: Editions des Archives Contemporaines, 2002. p. 89-108.
- WYLIE, Alison. "El feminismo en la filosofía de la ciencia: dándole un sentido a la contingencia y a la limitación". In: FRICKER, Miranda; HORNSBY, Jennifer (Dir.). *Feminismo y filosofía. Un compendio*. Barcelona: Idea Books S.A., 2001. p. 181-199.

[Recebido em maio de 2006
e aceito para publicação em outubro de 2007]

The Contribution of the Feminist Criticism to Science

Abstract: *The text discusses the contribution brought by the feminist criticism to the scientific knowledge, as an increasing variety of ways of thinking can be observed. Science, guided by the production of scientific knowledge, presupposes neutrality, universalism and objectiveness, which goes beyond its "masculine" characteristics. The feminist criticism evidenced some limits imposed to the greater access of women to scientific careers. The text emphasizes how the notion of gender becomes significant, since it introduces other components in the scientific practices.*

Key Words: *Feminist Criticism; Scientific Knowledge; Science; Gender and Inequality.*